

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****(AUDIÊNCIA PÚBLICA)****REQUERIMENTO Nº. \_\_\_\_ / 2001  
(Dos Srs. Deputados Gilmar Machado e Walter Pinheiro)**

Solicita a realização de audiência pública, com a presença da Sra. Teresinha Bruna, Coordenadora do Portal do Alvorada na Secretaria de Assistência Social – MPAS, Dra. Eliana Ferraz, responsável pela implantação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada na SAS-MPAS, do Sr. Paulo Roberto Menicucci, Secretário de Serviços de Radiodifusão do MC, do Sr. Luiz Soter, Presidente da Associação Brasileira de RCs (Abraço), para discutir a implantação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada.

Senhor Presidente:

Requeremos à Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso XIV, e nos arts. 255 e ss. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário, seja realizada audiência Pública para discutir a implantação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada, com a presença das seguintes autoridades:

- Sra. Teresinha Bruna, Coordenadora do Portal do Alvorada na Secretaria de Assistência Social – MPAS;

- Dra. Eliana Ferraz, responsável pela implantação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada na SAS-MPAS;
- Sr. Paulo Roberto Menicucci, Secretário de Serviços de Radiodifusão do MC;
- Sr. Luiz Soter, Presidente da Associação Brasileira de RCs (Abraço).

### **JUSTIFICAÇÃO**

Lançado em 1998 pelo Governo Federal, o Projeto Alvorada inclui ações em diversas áreas temáticas, como educação, saúde, garantia de renda mínima, erradicação do trabalho infantil, saneamento, turismo, comunicação comunitária, dentre outras.

Entre as ações implementadas dentro do Projeto Alvorada existe uma denominada “Portal do Alvorada” que é um núcleo de informação criado pelo Governo Federal com o apoio das prefeituras. Instalado nos municípios incluídos no Projeto Alvorada visa, segundo material divulgado pelo Governo, “auxiliar a prefeitura na identificação e cadastramento das famílias de baixa-renda, além de avaliar a situação sócio-econômica e encaminhá-las para os serviços disponíveis na comunidade; prestar serviços de informação à população; desenvolver atividades sócio-educativas, culturais e de capacitação para os membros dessas famílias; oferecer acesso à obtenção de documentos pessoais e à Internet”.

Conforme informações que vem sendo veiculadas o “Portal do Alvorada” implementará diversas medidas na área de comunicação comunitária, pretendendo a instalação de internet, televisão e rádios comunitárias.

Em nível federal, segundo o material divulgado, o MPAS, através da Secretária de Estado da Assistência Social, será o responsável pela administração do “Portal do Alvorada”. Entretanto, dado à pertinência do Portal com à área da Comunicação e das recentes denúncias veiculadas, premente que o MC se manifeste.

Segundo matéria publicada no jornal **“O Estado de Minas” do dia 12 de novembro do corrente ano**, o Governo federal pretende instalar, em tempo

recorde, mais de 1000 rádios comunitárias nas cidades alvo do Projeto Alvorada. Consultadas as instâncias governamentais pelo Jornal, estas apresentam informações contraditórias sobre o assunto. Em que pese o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Ministério das Comunicações negarem a existência do plano, alguns setores destes Ministérios, admitem a existência da instalação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada.

Em conversa que o referido jornal registra com a advogada responsável dentro da Secretaria de Assistência Social pela implantação dos portais, esta admitiu que **as rádios que serão implantadas dentro do Portal do Alvorada têm autorização do Governo Federal** e que este já está correndo atrás das autorizações **que já estão saindo**. Ainda admitiu que a implantação da RC é uma coisa certa e gratuita, **pois o Governo estará cedendo todo o equipamento**. Segundo a mesma, a Secretaria de Assistência Social envia dois técnicos para ajudar na formação da associação amigos do Portal e que, a rádio terá objetivo de divulgar programas sociais do Projeto Alvorada. Segundo a advogada, ao seu interlocutor **“você podem ter a programação local, mas terão de veicular as ações do governo ... tudo o que o governo faz tem que ter contrapartida”**.

Indo ao encontro destas declarações, a assessoria da Secretaria de Serviços de Radiodifusão do MC, através do Sr. Luiz Fernando Dolabella, garante que o governo não se utiliza da MP 2.143-33 (autorização provisória pelo Ministério das Comunicações das RCs), para favorecer os processos das RCs envolvidas no Projeto do Portal do Alvorada, afirmando que “o Ministério (das Comunicações) é extremamente ético e não favorece ninguém. Todos os processos, **mesmo os envolvidos com o Projeto Alvorada**, obedecem ao trâmite normal (...)”.

Como se percebe, claro está que vem ocorrendo a instalação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada e que o Ministério da Previdência e Assistência Social e o Ministério das Comunicações estão envolvidos no projeto, sendo premente ouvirmos as partes que estão implementando o projeto, para melhor compreendermos sua dimensão e alcance.

**DIANTE DE TODO O EXPOSTO**, e da importância de se esclarecer os fatos denunciados, solicitamos com base no artigo 24, inciso XIV, e nos arts. 255 e ss. do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o Plenário, seja realizada audiência pública para discutir a implantação de RCs no âmbito do Portal do Alvorada, com as autoridades acima mencionadas.

Sala das Comissões,                      de novembro de 2001.

**Dep. GILMAR MACHADO (PT/MG)**

**Dep. WALTER PINHEIRO (PT/BA)**